

As “virtudes” do mercado

uma breve reflexão a partir de Ana Maria Machado

Regina Dalcastagnè

Professora de Literatura Brasileira / UnB

Ao criar o Sítio do Pica-Pau Amarelo, em 1921, Monteiro Lobato fez mais que erguer um espaço lúdico onde personagens e crianças se encontram para viver aventuras. Em meio a rios estranhamente habitados e bonecos tagarelas, vimos surgir um modo novo de pensar a infância e a literatura destinada a ela. No lugar das lições de moral e dos “cala a boca porque um adulto está falando”, a alegre descoberta empírica do mundo e a ousadia de crianças que não acreditam em tudo o que os mais velhos dizem, tendo inclusive a audácia de interrompê-los para expressar a própria opinião. Desde então, meninos e meninas vêm invadindo as páginas de nossa literatura. Atropelam-se ali dentro, caem, levantam, se sujam. Fazem perguntas até cansar, inventam mágicas e travessuras, questionam poderes.

Ou seja, as pílulas falantes que o dr. Caramujo receita para Emilia acabam por dar voz também a uma outra personagem, que até então só era convidada a entrar no texto caso servisse como modelo de virtude: a criança. Permitir a fala a essa personagem significou, ao longo dos anos, olhar o mundo sob sua perspectiva, entender seus medos, suas fantasias, oferecer-lhe espaço de atuação. Com isso, os meninos e as meninas na literatura foram se fazendo cada vez mais complexos, mais humanos. Nada mais natural, portanto, que assumissem a narração de sua própria história vez ou outra.

Podemos acompanhar esse processo fascinante lendo os melhores nomes de nossa literatura infanto-juvenil, tão comentada e premiada no exterior. Ao aceitar a mudança da perspectiva, ao colocar a criança dentro do texto como um sujeito ao invés de objeto, o autor muitas vezes aproveitou para propor outras inversões. Principalmente nos anos 70, em plena ditadura, quando alguns escritores e ilustradores se puseram a criticar a família e o ensino

tradicionais, a História e os contos de fadas, os reis mandões e as princesas adormecidas.

Lygia Bojunga, Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Sylvia Orthof, Fernanda Lopes de Almeida são alguns entre muitos nomes que construíram sua obra aliando o prazer da leitura a uma profunda preocupação social. Seus livros não estão aí para dizer como as crianças devem se portar. (Afinal, ninguém quer ver um dedo balançando na frente do rosto cada vez que abre as páginas de um romance.) Mas também não estão aí para fingir que não existe um mundo lá fora, onde crianças e adultos são explorados. Enfim, são obras que respeitam o leitor, ainda que ele tenha apenas um punhado de anos.

E é justamente por se levar em conta todo esse contexto de luta e subversão de valores que causa tanto espanto o mais recente livro de Ana Maria Machado¹. Com o sugestivo título de *O tesouro das virtudes para crianças*, ele é uma espécie de coletânea de textos que serviriam para inspirar a fé, a fidelidade, a esperança, a humildade, a prudência e outros “bons sentimentos” nas crianças. São poemas e poemas de Olavo Bilac, um de Casimiro de Abreu, outro de Dom Marcos Barbosa, de Gonçalves Dias, de Cecília Meireles e até de Vinícius de Moraes, entre outros. Há também contos populares e fábulas recontadas por Ana Maria Machado, além de um texto de Artur Azevedo, um de Ziraldo.

Se fosse uma simples coletânea, poder-se-iam questionar algumas escolhas, reclamar de ausências, mas o problema é maior, está na proposta do livro. Logo na apresentação, Ana Maria Machado explica que a obra foi feita sob encomenda, porque a editora pressentia a existência de um mercado propício. Há alguns anos a mesma Nova Fronteira lançou o *Livro das virtudes para as crianças*, de William J. Bennett. É uma obra velha, didática, que procura ensinar

meninos e meninas a se manterem sempre muito asseados, obedecendo aos mais velhos de modo submisso (caso contrário, têm que estar preparados para as terríveis conseqüências).

Pois o livro de Ana Maria Machado se destina ao mesmo público – basta observar o título e a capa, excessivamente semelhantes ao anterior –, ou seja, pais e professores ansiosos por arranjar um manual de boas maneiras e bons sentimentos para filhos e alunos. (Como se a responsabilidade pela transmissão de valores pudesse ser transferida para a literatura.) A “atualização” estaria no fato de constarem textos brasileiros, além da presença de duas personagens criadas pela autora: Aurelina, uma traça que teria devorado um dicionário e que percorre as páginas do livro explicando o significado das palavras; e o grilo Cri-Cri, a “criatura-crítica”, que estaria ali para fazer comentários sobre contexto e elementos de estilo.

Aurelina, na verdade, não passa de uma ilustração, não muito feliz, para o velho glossário; e a tal criatura-crítica é quase uma ausência. Aparece apenas três vezes e em todas elas tem como única preocupação questões relacionadas à forma. Não oferece contexto, não questiona “verdades”, não aponta problemas vinculados a uma determinada ideologia. Até porque, se o fizesse, desmontaria o livro. *O tesouro das virtudes para crianças* é uma obra pensada, desde a origem, para o mercado (não é a toa que o livro é aberto com uma oração ao anjo da guarda, tão em moda nesses tempos), que no Brasil significa simplesmente “classe média”. Portanto, as virtudes oferecidas são justamente aquelas que servem a este segmento social.

Se o público não fosse assim tão explícito, teríamos que – por exemplo – perguntar, ao dizermos que a humildade é uma virtude, para quem e a quem serve ser humilde. Dá para entender que a arrogância dos filhos da classe média, especialmente em relação aos despossuídos, seja uma falha a ser corrigida, mas como se pode pensar em sugerir a uma criança que não tem nada que ela deva ser modesta, reverente, submissa até (como insinuam os textos escolhidos). Pensando bem, nem é isso que se deve esperar das crianças de classe média. À arrogância social se contrapõe a consciência política, não a humildade. Em suma, não dá para eleger uma “virtude” sem trazer junto toda uma discussão sobre seus significados para o conjunto da sociedade, a menos que estejamos tentando

impor valores de forma acrítica.

O objetivo aqui, como já foi dito, não é questionar a escolha dos textos feita por Ana Maria Machado, mas a proposta do livro. Um exemplo é bastante significativo para entender os problemas desta proposta. Numa fábula recontada pela autora, dois ratinhos com sede acabam caindo dentro de uma tigela de leite, debatem-se e nadam tentando se salvar. Um deles, muito cansado, “desiste” e se afoga; o outro passa a noite lutando e, pela manhã, quando a cozinheira se aproxima da tigela encontra um ratinho morto, o leite transformado em manteiga de tanto ser batido e ainda os rastros de um rato que caminhou sobre a manteiga e foi embora.

Ana Maria Machado termina dizendo que toda fábula tem uma moral, mas que ela vai deixar esta para o leitor descobrir. Como a história está enquadrada na virtude “esperança”, não há muito que decifrar: é preciso acreditar e lutar sempre. Muito bem, e que outras inferências podemos fazer? Por que o outro ratinho morreu? Porque ele era um fraco, que não tinha esperanças e abandonou a briga. Se formos um pouco mais longe podemos dizer que ele era um preguiçoso e, sendo assim, jamais teria condições de ir muito longe mesmo – esse era seu “destino natural”. E aí estamos nós diante da moral dos vencedores, da ideologia dos dominantes. É o darwinismo social: os melhores vencem. E, curiosamente, a exaltação da virtude “esperança” não deixa nenhum espaço para outra qualidade moral, a solidariedade.

Um bom texto para ser discutido com as crianças, sem dúvida, desde que alguma “criatura-crítica” se interponha (o que, obviamente, não acontece no livro). Do jeito que a história é oferecida, temos apenas mais um reforço ao surrado discurso do “quem se esforça consegue”, que subentende uma incapacidade biológica ou moral daqueles que sucumbem, escamoteando desavergonhadamente a realidade, onde a exploração, a miséria empurram seres humanos para o fundo da tigela. E já que estamos voltando ao assunto, da mesma forma que a manteiga não é feita de leite, mas de nata, um “vencedor” não é feito de esforço pessoal, mas de condições sociais dignas.

É claro que não se está exigindo aqui que um livro para crianças traga todas essas implicações, mas não se pode fechar os olhos ao problema, ainda mais quando se estão vendendo “virtudes”. Todos os dias chegam inúmeros livros infanto-juvenis nas livrarias, a maior parte deles

sem nenhuma qualidade. O mercado absorve textos preconceituosos, reacionários, facilitários, apelativos, com péssimas ilustrações, sem valor literário. Selecionar as boas obras em meio a tanto lixo não é tarefa fácil para pais e professores, para adultos preocupados com a discussão sobre a ideologia em que estamos imersos. Alguns nomes, como o da própria Ana Maria Machado, servem como referência, justamente por sua trajetória diferenciada, crítica em relação ao sistema.

O tesouro das virtudes para as crianças foi produzido para satisfazer ao mercado, diz a autora. Sem entrar em detalhes sobre o que

exatamente significa isto, vale perguntar por que uma obra que possui “mercado” recebe financiamento dos cofres públicos (o livro foi produzido com recursos do Ministério da Cultura). Em si mesma, ela ilustra nosso perverso “capitalismo sem risco”, em que o mercado é ritualmente invocado, mas os lucros privados estão garantidos pelo bolso do contribuinte.

Nota

¹Ana Maria Machado (org.) - *O livro das virtudes para crianças*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.